NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Ajuste fiscal equilibra as contas sem sacrificar investimentos, diz Zeca Dirceu

24/11/2026



Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados

O deputado Zeca Dirceu (PT-PR) disse nesta terça-feira (24() que o ajuste fiscal aprovado pela Câmara dos Deputados não vai comprometer os investimentos nas áreas sociais e programas chaves já estabelecidos e com sucesso no governo do presidente Lula (PT). “Defendo responsabilidade com as contas públicas e controle dos gastos. O Brasil precisa equilibrar suas contas, mas também garantir recursos para investimentos, obras e políticas públicas que melhorem a vida dos brasileiros. É compromisso com o futuro do país”, afirmou Zeca Dirceu ao votar pela aprovação da proposta aprovada no legislativo federal.

A matéria seguiu para sanção do presidente Lula e estabelece novos mecanismos de controle das despesas públicas, amplia a arrecadação com a redução de benefícios tributários e abre espaço para investimentos estruturantes. Zeca Dirceu reiterou que o equilíbrio das contas públicas não compromete a capacidade de desenvolvimento do país.

Aprovado sem alterações em relação ao texto do Senado, o projeto de lei complementar estabelece instrumentos para o cumprimento das metas fiscais a partir de 2027, quando o governo prevê alcançar um superávit primário de R$ 18,7 bilhões, consideradas as deduções legais.

Sem privilégios

A proposta não se limita à contenção das despesas públicas. Uma das principais medidas é a ampliação do corte de isenções tributárias concedidas às empresas, que passa de 10% para 20%, com previsão de arrecadação adicional de R$ 15 bilhões.

O projeto também restringe a utilização de créditos tributários pelas empresas para compensação de impostos, medida com impacto fiscal estimado entre R$ 12,8 bilhões e R$ 18,3 bilhões. Somadas, as duas iniciativas representam um potencial de reforço nas receitas de até R$ 33,3 bilhões.

O texto permite que, cumpridas determinadas condições, recursos economizados acima da meta fiscal sejam destinados a investimentos estruturantes no exercício seguinte, contemplando também projetos definidos pelas bancadas estaduais.

A proposta preserva do contingenciamento adicional as obrigações constitucionais, as despesas obrigatórias e os recursos de inovação e desenvolvimento científico e tecnológico custeados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O fundo também poderá financiar bolsas de estudo e pesquisa, contribuindo para a continuidade dos programas de formação científica e tecnológica.

Fim dos supersalários

Outro ponto relevante é a determinação de que o Congresso Nacional vote, em até 60 dias após a publicação da futura lei, a regulamentação das verbas indenizatórias pagas acima do teto constitucional do funcionalismo público.

Os recursos economizados com a folha de pagamento do governo federal deverão ser destinados a investimentos ou ao financiamento de atividades de segurança pública e atendimento socioeducativo.

Ao justificar seu voto, Zeca Dirceu colocou no centro do debate a necessidade de conciliar responsabilidade fiscal, crescimento econômico e desenvolvimento social. A posição do deputado é de que o controle das despesas deve ser acompanhado da preservação da capacidade de investimento do Estado, garantindo recursos para obras, serviços públicos e políticas que atendam diretamente à população.